

V. 19 N. 1
JAN-JUN 2020

ISSN
Versão Impressa 2447-9047
Versão Online 2447-9047

**Diálogos
Possíveis**

1. DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E POLÍTICAS -
UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI
MILANO-BICOCCA - ITÁLIA.

<https://orcid.org/0000-0001-7231-5819>

2. DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E
INVESTIGAÇÃO SOCIAL - UNIVERSITÀ
DEGLI STUDI DI MILANO-BICOCCA -
ITÁLIA.

<https://orcid.org/0000-0002-3571-480X>

Como citar este artigo:

COLOMBO, Enzo. NAVARINI,
Gianmarco. Há passos a
tornar as ciências sociais
globais? O campo, as
propostas e as práticas.
Revista Diálogos Possíveis,
v. 19, n. 1, pp. 54-82, jan/jun
de 2020.

Recebido: 27.03.2020

Aprovado: 03.05.2020

Há passos a tornar as ciências sociais globais? O campo, as propostas e as práticas

ARE THERE STEPS TO MAKING SOCIAL SCIENCES GLOBAL? THE FIELD, PROPOSALS AND PRACTICES

Enzo Colombo¹
Gianmarco Navarini²

RESUMO

Ao transformar o mundo, os processos de globalização colocaram as ciências sociais sob stress. Várias vezes, principalmente do chamado 'Sul', reivindicam uma revisão radical – quando não uma rejeição total - das ciências sociais (ocidentais). Tornou-se evidente que o conjunto de ferramentas, de conceitos e métodos herdados da modernidade parece incapaz de compreender a complexidade e a variedade das experiências sociais atuais e das formas de conhecer o mundo, moldadas por uma pluralidade de vozes, interesses e tradições históricas. A tomada de consciência da pluralidade de perspectivas diferentes que caracterizam as ciências sociais para lá da sua formulação clássica-ocidental está a criar um campo que parece dividir as próprias ciências sociais em duas direções opostas. Este capítulo propõe uma forma de navegar por esse campo. Por um lado, parte desse campo tenta recuperar a base sólida de um conhecimento científico compartilhado, superando a diversidade e a particularidade, seguindo uma definição rigorosa de ferramentas metodológicas e conceituais que podem ajudar a fundar uma compreensão universalista renovada da complexidade das sociedades atuais. Por outro lado, outra parte relevante das ciências sociais parece render-se à inevitabilidade do conhecimento parcial, instável e tendencioso. O campo criado por essas duas partes levanta a questão de saber se a diferença entre elas é realmente intransponível. A questão está a tornar-se alvo de um campo de estudos considerável e frequentemente conflitantes. Além de ilustrar a lógica das diferentes posições, argumentamos que a integração dos atuais estudos académicos sobre o conteúdo "teórico e metodológico" das ciências sociais só pode ser possível através de uma reflexão crítica sobre as "práticas" reais de fazer ciências sociais.

Palavras-chave: Teoria social. Globalização.

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

Complexidade. Pós-colonialismo. Universalismo.
Relativismo.

ABSTRACT

While transforming the world, globalization processes have put social sciences under stress. Several voices, notably from the so-called 'Global South', claim a radical revision – if not total rejection – of the (Western) social sciences. It has become evident that the tool-kit of concepts and methods inherited from modernity seems incapable of grasping the complexity and variability of both current social experience and ways of getting to know the world, actually shaped by a plurality of voices, interest, historical traditions. The awareness of a plurality of different perspectives that characterize the social sciences well beyond their classical-western formulation is creating a field that seems to push social sciences themselves towards two opposed directions. The paper offers a way to navigate through this field. On the one hand, part of this field tries to regain the solid ground of one shared scientific knowledge, overcoming diversity and particularity, running after a rigorous definition of methodological and conceptual tools that can help to found a renewed universalistic comprehension of the complexity of current societies. On the other hand, another relevant part of social sciences seems to surrender to the unavoidability of partial, instable and biased knowledge. The field created by these two parts raises the question of whether the distance between them is really unbridgeable, and yet the question is becoming the subject of considerable, often conflicting, scholarship. Besides illustrating the rationale of the different positions, we argue that integrating the current scholarships about the 'theoretical and methodological' content of social sciences may be possible only with a critical reflection about the actual 'practices' of doing social sciences.

Keywords: Social theory. Globalization. Complexity. Postcolonialism. Universalism. Relativism.

GLOBALIZAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS: QUESTÕES PRELIMINARES

Desde o final do século passado, várias transformações específicas - muitas vezes resumidas sob o título 'globalização' -

mudaram profundamente várias características da nossa experiência social. Entre esses aspetos, um dos mais importantes em relação à missão científica dos estudos sociais reside no fato de que, juntamente com as experiências, também

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

mudaram as formas sociais de conhecer o (s) mundo (s). "Complexidade" e "variabilidade" parecem ser as duas principais palavras-chave com as quais, no campo discursivo mais geral das ciências sociais, os problemas levantados por essas mudanças estão a mudar ou a remodelar o próprio campo.

Por um lado, enquanto ainda se debate calorosamente se a 'globalização' é um processo antigo, paralelo à história da humanidade, ou se é um resultado único de recentes melhorias tecnológicas na eletrônica e nos transportes, há um consenso alargado sobre o fato que grande parte das palavras e conceitos que herdamos da modernidade estarem atualmente sob pressão (FEATHERSTONE et al. 1995; TOMLINSON 1999; URRY 2003; GUNARATNE 2010; MIGNOLO 2014). Por outro lado, esse tipo de reconhecimento parece crescer paralelamente à observação comum de a conhecida *disjunção* entre 'globalização do conhecimento' e 'conhecimento da globalização' - um tópico cuja discussão começou há mais de vinte anos (APPADURAI, 1999) - ainda estar bem viva. A dupla questão que surge, a respeito de uma certa natureza obsoleta das categorias em questão e a persistência da *disjunção*, produziu um primeiro resultado que também é problemático. Em particular, o conjunto de palavras e conceitos que caracterizaram as ciências sociais não

parece continuar a ser útil para entender como as sociedades estão a mudar, sob os efeitos dos processos de globalização. Classe, capitalismo, modernidade, cidadania, cultura, identidade, esfera pública, democracia e Estado-nação, só para citar alguns, são ainda capazes de captar a diversidade e a complexidade das experiências sociais atuais? Quando e como esse conjunto de ferramentas ficou desatualizado? Essa incapacidade de aplicar vocabulários antigos a experiências atuais é o sinal de um fim inevitável das ciências sociais, pelo menos da maneira como as conhecemos até agora?

Questões desse tipo constituem o fundamento deste ensaio, que está interessado em propor alguns pontos de discussão para refletir sobre o presente e o futuro das ciências sociais. O artigo pretende reconstruir, ainda que brevemente, as críticas ao suposto universalismo e objetivismo das ciências sociais, sem renunciar à hipótese de que existe um campo compartilhado de reflexão em torno da experiência social que transcende a experiência histórica ocidental e um nacionalismo metodológico sufocante.

Como ponto de partida, sugere-se aceitar a hipótese de que - embora partindo da perspectiva ocidental - a globalização está realmente a transformar radicalmente os cenários sociais e, acima de tudo, as maneiras os interpretamos e conhecemos (BECK 2006; MUNCK 2016; BHAMBRA

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

e SANTOS 2017). A crescente interconexão global torna evidente a diversidade de pontos de vista e a variedade de suposições que sustentam as nossas interpretações da realidade; as ferramentas das ciências sociais, consideradas universal e eternamente válidas, são desafiadas e relativizadas por novas vozes e novas questões (CHAKRABARTY 2000; CONNELL 2007a). A globalização ampliou e diferencia a comunidade de cientistas sociais, isto é, de pessoas especializadas que refletem sobre processos sociais em prol da sua profissão. A diversidade demográfica do corpo docente e dos estudantes das universidades desempenhou um papel central em evidenciar a parcialidade e a situação do pensamento social ocidental. Embora essa crítica tenha circulado muito antes do surgimento da atual globalização financeira e tecnológica, é com a multiplicação da diferença *no* campo discursivo canônico das ciências sociais - o que poderíamos chamar, segundo Appadurai (1996), *ideoscape*¹ - que essas críticas são legitimadas e validadas dentro de um debate público mais amplo. A multiplicação dos pontos de vista e das vozes no campo das ciências sociais também promoveu um impulso interno para mudar. O pós-colonialismo, a teoria feminista, o desconstrutivismo, o

pós-estruturalismo e a moda interpretativa, todos se dirigem na mesma direção: problematizar a suposta universalidade do conhecimento social, sublinhando as condições socio-históricas que informam a nossa possibilidade de conhecer e falar sobre a realidade social (YOUNG 1990; BHAMBRA 2007; CONNELL 2007b; ELLIOTT e LEMERT 2014; ALATAS e SINHA 2017).

A consciência da existência de uma pluralidade de perspectivas diferentes que caracterizam as ciências sociais, muito para lá da sua formulação clássica (ocidental), parece dividir as ciências sociais em direções opostas. Por um lado, parte das ciências sociais tenta recuperar a base sólida de um conhecimento compartilhado, superando a diversidade e a particularidade, seguindo uma definição rigorosa de ferramentas metodológicas e conceituais que podem ajudar a fundar uma compreensão universalista renovada da complexidade das sociedades atuais. Por outro lado, outra parte relevante das ciências sociais parece render-se à inevitabilidade do conhecimento parcial, instável e tendencioso. Ao fazê-lo, renuncia à reivindicação de um conhecimento universal e reconhece a validade de outras perspectivas, mas pagando o preço de evitar qualquer forma de discussão profunda entre diferentes formas de entender a verdade. Os partidários das primeiras posições culpam os outros de desistirem de qualquer

¹ O autor citado identificou cinco dimensões dos fluxos culturais globais: *ideoscape*, *mediascape*, *tecnoscape*, *etnoscape* e *financiascape*. NT

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

tentativa de obter uma ideia clara, imparcial e empírica / lógica da realidade social; os partidários das segundas posições culpam os seus oponentes de perseguir um projeto antiquado, imperialista e etnocêntrico.

É possível encontrar uma saída para esse enigma? É possível levar a sério estas críticas e fortalecer as ciências sociais? Para lidar com essas questões, é importante esclarecer as premissas envolvidas nelas, a saber, as perguntas: Existe uma ciência social global? Se sim, isso melhora realmente a nossa compreensão dos processos sociais? Quanto? Quais são as ideias sobre a sociedade que sustentam as diferentes posições? Como o papel e o trabalho dos estudiosos sociais estão a ser entendidos em sociedade?

As páginas seguintes apresentam primeiro as posições daqueles que reivindicam a necessária unidade e universalidade (ao menos como uma aspiração persistente) das ciências sociais. Depois, alguns parágrafos ilustram as diferentes maneiras como é reivindicada a necessidade de uma multiplicidade de ciências sociais. Partindo das posições mais radicais que consideram as várias ciências sociais radicalmente incomunicáveis, passamos a discutir perspectivas que consideram a pluralidade e a complexidade como uma característica fundamental de todo entendimento social. Na secção final, embora renuncie a uma síntese unitária, serão destacadas algumas linhas de discussão e debate que ajudam a

imaginar um desenvolvimento das ciências sociais - no sentido de uma melhor compreensão da experiência atual da interconexão global.

OS SUBCAMPOS QUE REIVINDICAM UMA ÚNICA CIÊNCIA SOCIAL

Uma maneira de conceber as ciências sociais contemporâneas consiste em reafirmar a sua unidade, independentemente - ou além - da variabilidade de contextos e contingências históricas. Os estudiosos que apoiam essa posição geralmente afirmam que todo conhecimento do mundo social, para ser útil e bem fundamentado, deve ser objetivo. Aqui, "objetividade" significa que as conclusões alcançadas após uma investigação empírica séria são independentes do investigador. Se os investigadores são realmente objetivos, as suas descobertas são independentes de qualquer elemento subjetivo e, portanto, universalmente válidas. Todo o erudito, teórica e metodologicamente informado, na mesma situação pode apenas e sempre chegar à mesma conclusão.

Uma característica relevante dessa posição é que ela contrasta totalmente com o relativismo ontológico e epistemológico nas ciências sociais (ver abaixo) e afirma que não existe uma ciência social 'local', 'alternativa' ou 'indígena' (SZTOMPKA 2011). Na medida em que existe, e pode haver, apenas uma ciência social capaz de

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

estudar muitos mundos sociais diferentes (ARCHER 1991). Os estudiosos que apoiam essa perspectiva aceitam geralmente o pluralismo nas ciências sociais, mas denunciam o relativismo como uma renúncia a um rigoroso conhecimento da realidade social. O problema, em muitos destes casos, reside no fato de que essa denúncia, mais ou menos implicitamente, acaba por não ser diferente da aceitação do pluralismo. Por outras palavras, se não houver uma e apenas uma ciência, o que chamamos "ciência" não poderá existir. Consequentemente, o pluralismo científico é apenas o risco de ser uma forma de relativismo que ameaça o próprio estatuto da ciência.

Os estudiosos que defendem essa posição enfatizam os procedimentos "universais" e "racional" do pensamento científico. Eles compartilham a ideia da existência de uma base ontológica única que caracteriza todas as sociedades e experiências sociais. A investigação racional permite aos estudiosos encontrar e entender as regularidades, mecanismos, modos de operação e mudança na vida social, apesar da aparente variabilidade e diferença que caracteriza as suas manifestações empíricas. Além disso, a capacidade científica de compreender essas regularidades universais não depende - e, para ser científica, não deve depender absolutamente - das particularidades do investigador ou da sua localização biográfica, ideológica ou geográfica. Como

Sztompka (2011: 390) pergunta retoricamente: “Apesar das lições aprendidas com as críticas ao positivismo, ainda não podemos negar que, em certa medida, em algum nível, a sociologia é semelhante às ciências naturais. Alguém fica ofendido no Equador, no Bangladesh ou em Taiwan pelo fato de a física quântica ter nascido em Copenhague, em Heidelberg ou em Berkeley, ou por o nosso genoma humano ter sido reconstruído na Califórnia? Alguém duvida que a gravidade funciona em África, apesar de ter sido descoberta na Grã-Bretanha? Porque é que o universalismo da ciência deve ser substituído pelo relativismo extremo na sociologia?”

Em resumo, o método e o pensamento lógico unificam as ciências sociais, apesar da complexidade e variabilidade dos fenómenos sociais estudados; uma ciência social verdadeiramente global só pode basear-se num método comum, racional e não tendencioso. Essas duas suposições derivam e desenvolvem-se sobretudo ao longo de duas maneiras principais de pensar, que invocam a unidade exigindo singularidade. A estas, pode-se acrescentar uma terceira via, em nítido contraste com as duas primeiras, mas ainda com conclusões bastante semelhantes, estreitando o discurso aos seus limites mínimos.

Uma maneira de afirmar a unidade das ciências sociais consiste em tomar como modelo os métodos e as categorias

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

analíticas fornecidas pela disciplina (supostamente) mais rigorosa entre as ciências sociais: a economia. Nas palavras de um economista (HIRSCHLEIFER 1985: 53), “existe apenas uma ciência social. O que confere à economia o seu poder invasivo imperialista é que a nossas categorias analíticas - escassez, custo, preferências, oportunidades, etc. - são verdadeiramente de aplicabilidade universal [...] Assim, a economia realmente constitui a gramática universal das ciências sociais”. Nesta perspectiva, um esforço deve ser feito no sentido de uma formalização mais rigorosa dos conceitos, dados e métodos das ciências sociais. As ciências sociais devem ser concebidas como um subcampo específico da análise científica, compartilhando o mesmo método com outras ciências. Este método tem a matemática como modelo com o qual é possível avaliar o grau de precisão de cada investigação científica. Isso leva a uma maior formalização dos métodos, favorecendo análises quantitativas e o uso de técnicas estatísticas.

Uma segunda maneira de reivindicar a unidade das ciências sociais consiste no esforço para procurar um determinante básico universal capaz de explicar a variabilidade da experiência social. As ciências sociais encontram a sua unidade e universalidade na sua capacidade de colocar em primeiro plano a razão subjacente, as estruturas básicas que caracterizam todas as sociedades. Um

exemplo dessa posição é representado por alguns expoentes da perspectiva marxista e neomarxista (GAMBLE et al. 1999; HARVEY 2017) que afirmam que não é possível entender e explicar os processos e fenômenos sociais mais díspares, na sua singularidade, sem se referir à formação histórico-social em que estão inseridos, ou seja, ao capitalismo. Nesta perspectiva, uma verdadeira ciência social só é possível através de um pensamento crítico radical, capaz de mostrar a estrutura 'real' por trás da superfície do discurso das ciências sociais atuais institucionalizadas (dominantes, normalizadas, ideológicas, etc.) (KUHN 2013). Um compromisso sincero com o conhecimento verdadeiro deve ter como objetivo denunciar o caráter ideológico das ciências sociais atuais (elas estão a serviço do neoliberalismo) - mostrando os determinantes 'reais' (universais) que moldam as relações sociais. Os processos 'reais' que moldam a globalização atual (e todas as relações internacionais) são aqueles impostos pela lógica capitalista / económica - são universais nos seus efeitos. As ciências sociais estão empenhadas em destacar e denunciar a lógica hegemónica e exploradora do capitalismo; se eles não assumem uma posição crítica em relação à dinâmica e aos interesses capitalistas, não passam de um peão no jogo da dominação capitalista. Nesta perspectiva, as sociedades podem ser entendidas apenas “dentro da unidade de uma única grande história

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

coletiva; somente se, de qualquer forma disfarçada e simbólica, eles forem vistos como compartilhando um único tema fundamental - para o marxismo, a luta coletiva de arrancar um reino da liberdade de um reino da necessidade” (JAMESON 1983: 3). A necessária unidade das ciências sociais deve-se à necessidade de entender e trazer à superfície a estrutura comum que determina, em última instância, as variabilidades e complexidades da experiência social.

Para completar essa parte do campo das ciências sociais que exige unidade, uma terceira via deve ser considerada. A sua maneira de sustentar a possibilidade de existir apenas uma ciência social é baseada numa perspectiva de neo-contrasecularização: existe uma verdadeira ciência social, mas é radicalmente diferente daquela desenvolvida nos países ocidentais. A ciência social atual é tudo menos "universal" ou "objetiva" porque é baseada em suposições resultantes de uma visão de mundo específica, uma relação específica de poder, uma história paroquial específica e tendenciosa. Essa posição é particularmente evidente entre os estudiosos que sustentam a necessidade de uma ciência social 'confessional', baseada na confiança transcendental, ou, pelo menos, que reivindica uma integração real entre o pensamento secularizado e o pensamento religioso / transcendental (ZAIDI 2007; Said 2018). Por exemplo, há a defesa de uma "ciência social islâmica",

baseada numa verdadeira ciência "universal". Ali e Junaid (2017) sustentam que: 1) As ciências ocidentais modernas foram desastrosas em alguns aspectos por causa da sua fundação filosófica desenvolvida com base em visões incorretas da vida, da sociedade e do mundo; 2) O espírito básico, a natureza, os objetivos, as características e a metodologia das ciências islâmicas baseiam-se nos fundamentos válidos do conhecimento verdadeiro, autêntico e universal da realidade da vida, da sociedade e do mundo; 3) A ciência islâmica é urgentemente necessária, pois oferece o tipo de "ciências" baseadas na verdade e na realidade da vida, da sociedade e do mundo.

A reivindicação de uma ciência social unificada implica a ideia de que a sociedade tem uma consistência ontológica única que pode e deve ser entendida para além da variabilidade das experiências sociais. Como Sztompka (2011, p. 395) coloca: “As sociedades são diversificadas: condições sociais, contextos, ambientes, diferem, às vezes radicalmente. Mas isso não significa que deve haver muitas sociologias, a produzir conhecimento em relação a cada contexto local e particular. As regularidades e os mecanismos de funcionamento e mudança em várias sociedades são os mesmos”.

Agora, pode ser útil resumir brevemente as primeiras - e as mais conhecidas - implicações ligadas ao discurso realizado a

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

partir dessas perspectivas. Como vimos, os estudiosos que apoiam a existência de uma única ciência social, partindo da suposta unidade ontológica da sociedade, costumam desenhar a ideia de que só pode existir uma maneira (método, conjunto de ferramentas conceituais) de entendê-la. Aceitam a multiplicidade e variabilidade dos fenômenos sociais, mas rejeitam o relativismo ontológico e epistemológico. Endossam a ideia de que, além da variabilidade das manifestações empíricas, as sociedades têm um núcleo comum, um conjunto de fatores determinantes comuns, constantes no tempo e no espaço. É tarefa das ciências sociais destacar essas características comuns.

Sem aprofundar ainda mais esta perspectiva, apontamos apenas o que foi mais notado como a sua principal fraqueza. Um apelo radical a uma ciência social única universalmente válida é fraco à luz das reflexões desenvolvidas, dentro das próprias ciências sociais, sobre o caráter construído da realidade e do conhecimento, e sobre a insustentabilidade de uma posição positivista que abstrai o conhecimento dos seus contextos de produção, a partir de relações sociais nas quais a ciência está profundamente inserida. O pós-positivismo, a fenomenologia, o pós-estruturalismo, a teoria feminista, os estudos culturais, o desconstrutivismo e a teoria pós-colonial, com suas diferentes linguagens e perspectivas específicas, destacaram a

contingência histórica do conhecimento e das suas bases normativas. Chamaram a atenção para que a reivindicação do universalismo corresponde a uma visão paroquial que não reconhece o seu paroquialismo; uma visão histórica que não reconhece a sua historicidade. Um conhecimento universalista é considerado impossível, bem como a convicção de poder purificar o conhecimento de quaisquer relações de poder e contingências socio-históricas (GUTIÉRREZ RODRÍGUEZ et al. 2010). A suposição iluminista de que todas as sociedades podem ser entendidas do mesmo ponto de vista "objetivo", e a busca de teorias universais, abstratas e a-históricas, "expressam uma vontade imperialista de poder falho em reconhecer o caráter socialmente situado, incompletamente incorporado ou 'ambivalente' de todo conhecimento" (GO 2013: 34).

SUBCAMPOS DE BASE ONTOLÓGICA

Na verdade, no campo das ciências sociais (globais), a crítica à ideia da existência de uma ciência social única é particularmente forte entre os estudiosos que adotam uma postura radical em apoio à ideia da existência de realidades sociais ontologicamente diferentes, cada uma caracterizada por traços únicos e incomensuráveis. Essa opção é particularmente evidente na chamada

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

"ontological turn", que visa contrastar, de um ponto de vista relativista e radical, a perspectiva interpretativa. Estudiosos líderes em Ciências e Ciências da Tecnologia (WOOLGAR e LEZAUN 2013: 322) escreveram: "Se a filosofia moderna se caracteriza pela conversão maciça de questões ontológicas em epistemológicas, então a volta à ontologia opera como reversão dessa trajetória: provoca um curto-circuito na tendência de reformular perguntas sobre a realidade de múltiplos mundos como perguntas sobre as múltiplas maneiras pelas quais um mundo singular é representado e, ao fazê-lo, estimula um alerta para formas de diferença que não podem ser reduzidas a uma disparidade de 'visões de mundo'".

Defendendo um construtivismo radical, essa posição argumenta que qualquer sociedade, como construção histórica e social, tem a sua realidade ontológica única: o resultado dos processos sociais singulares da sua produção. Toda sociedade é o resultado "prático" do seu processo de construção, da combinação única de fatores contextuais, atores, condições materiais e "objetos" que tornaram a sua existência real. Como observa Latour (2016: 28), "o respeito ao conhecimento objetivo só é possível se ele estiver totalmente localizado - não importa o quanto ele se estenda".

A ontologia aqui - e diferentemente do uso do termo pelos defensores da existência de apenas uma ciência social - não se refere a

uma 'substância' pré-social e histórica que caracteriza todas as sociedades. Em vez disso, refere-se à 'ontologia relacional' (GO 2013), que enfatiza os fatores processuais e contingentes que se fundem para produzir o que é reconhecido como realidade social; refere-se à facticidade da sociedade tal como é encontrada na experiência. A facticidade da realidade não é, "o que muitas vezes é considerado o 'mundo material', um encontro autóctone, material aborígene na experiência" (GO 2013: 26), mas o produto da reunião de uma pluralidade de agências - humanas e não humanas - que se fundem lentamente no que chamamos - e reconhecemos como - experiência social. Nesta perspectiva, as sociedades são o resultado único de processos específicos de agenciamento que só podem ser entendidos através de um exame minucioso dos processos que os produziram como 'objetos reais', como sociedades (DELANDA 2006). A insistência nas contingências das relações associativas que constituem o que reconhecemos como experiência social leva à alegação de que as ciências sociais devem concentrar-se no estudo dos processos, produzindo descrições localizadas (SAVAGE 2009). Um dos principais objetivos das ciências sociais deve ser "descrever, estar atento ao estado concreto das coisas, encontrar o relato exclusivamente adequado de uma dada situação" (LATOUR 2005: 144).

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

Essa posição, em geral, defende uma ontologia de processo radical e uma praxeologia associada. Nessa perspectiva, as próprias ciências sociais não são 'coisas', 'objetos', 'conjunto unificado de ferramentas interpretativas', mas processos produzidos no trabalho de montagem que constituem tanto a realidade que as ciências sociais estão a analisar como a própria realidade da existência das disciplinas científicas. As ciências sociais não constituem, nem poderiam fazê-lo, um conjunto unitário de ferramentas e métodos. Pelo contrário, são o resultado de práticas locais de montagem para construir a realidade e o sentido a ela associado. A atenção ao particular e ao contingente - o que, por definição, não pode ser conceptualizado -, por um lado, é uma tentativa de construir uma forma de conhecimento que respeite a posição do Outro sem supor assimilá-lo ao Self; por outro lado, reduz a teorização das ciências sociais a um caso local contingente.

Outra corrente de pensamento, que deriva da teoria pós-colonial, propõe uma leitura diferente da diversidade fundamental das diferentes experiências sociais. Na sua formulação mais radical, essa perspectiva sustenta que os mundos sociais são (ontologicamente) diferentes, e as ciências sociais nada mais são do que a ferramenta interpretativa apropriada para entender a experiência ocidental. As sociedades são ontologicamente diferentes porque não há fatores fixos que restrinjam a maneira

como os seres humanos moldam o seu modo de viver juntos. A vida social é uma possibilidade aberta, pode assumir infinitas formas diferentes e a forma como é construída depende apenas dos processos socio-históricos da sua construção. Assim, toda sociedade é "única" e não pode ser interpretada ou compreendida "fora" do seu processo de constituição singular. Quando o conjunto específico de conceitos e ideias desenvolvido pela sociedade ocidental para interpretar as suas mudanças e legitimar as suas ações é usado para interpretar outras realidades e experiências, torna-se evidente que elas são uma arma ideológica usada pelo Ocidente para exercer poder sobre o resto do mundo.

Nas palavras de Mignolo (2014: 595), “as ciências sociais surgiram para resolver problemas na Europa e contribuíram para tornar a Europa o que é, em termos de instituições de conhecimento, atores e categorias de pensamentos. Contribuiu para o imperialismo europeu e americano. É duvidoso que as ciências sociais ajudem os não europeus que desejam resolver os seus problemas, sendo um deles o imperialismo económico, político, cultural e epistémico ocidental. Assim, desescolarizar e descolonizar o conhecimento (e o saber) significa desvincular-se da crença de que existe uma única maneira de conhecer e, portanto, de ser”.

Nessa perspectiva, as ciências sociais, como as conhecemos hoje e como são

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

ministradas nos cursos das universidades e doutoramentos em todo o mundo, são um discurso especializado promovido pelas elites ocidentais para explicar a experiência ocidental de transformação social e colonização global (MIGNOLO 2009). Isso significa que o campo específico das ciências sociais, como instituição, é uma forma organizada de produzir discurso sobre o social - constituído por palavras, práticas, regras, especialistas, organizações, objetos e sujeitos específicos - estabelecida pelas elites ocidentais, usando seu próprio vocabulário e, dessa maneira, enquadrando de maneira específica o regime da verdade legítimo para produzir discursos consistentes e verdadeiros sobre o social. As ciências sociais são a maneira pela qual as sociedades ocidentais descreveram e legitimaram a sua experiência da modernidade e o seu projeto de controle e gestão de populações para o interesse imperial: um caminho específico e único de controle, exploração, transformação e mudança.

Os defensores dessa posição alertam que é necessário reconhecer que não há um caminho único para a mudança, uma trajetória única de direção fixa em que todas as sociedades inevitavelmente convergirão. Temos que reconhecer a existência de múltiplas modernidades (EISENSTADT 2000); logo, precisamos de diferentes teorias, palavras e conceitos

para entender os seus traços específicos (AL-E-AHMAD 1984).

Nesta perspectiva, as ciências sociais devem ser denunciadas como monólogos ocidentais, instrumentos para justificar os roubos ocidentais, a exploração e a imposição violenta de regras ao resto do mundo. As ciências sociais são uma fraude, uma justificação ideológica da dominação ocidental: são isomórficas com e contribuem para o imperialismo (GO 2013: 34). As ciências sociais são apenas ideologias: são mais prescritivas do que descritivas, justificam o que supõem estudar e a única solução é sua desconstrução radical. Não há necessidade de uma ciência social global porque não há necessidade de uma ciência social (é apenas um mito ocidental puro). Como Mignolo (2014: 286) conclui sem rodeios: "As pessoas em todo o mundo têm sido e continuam sendo bons pensadores, sem recorrer às 'ciências sociais'".

A própria ideia da existência possível e necessária de uma ciência social global é um truque. É um exemplo de dependência acadêmica (ALATAS 2003): para ser popular e ser aceite como parte dos currículos padrão das universidades, as teorias das ciências sociais devem ser 'globais' (ou seja, ocidentais). As teorias contextuais emergentes, apesar do seu potencial de fornecer interpretações afinadas com os modos de vida indígenas, são ignoradas ou desvalorizadas e não encontram maneira de entrar no campo

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

dominante das disciplinas, a menos que sejam capazes de traduzir a sua língua na língua dominante (isto é, ocidental) das disciplinas (OMOBOWALE e AKANLE 2017).

SUBCAMPOS BASEADOS EM EPISTEMOLOGIA

Uma possibilidade diferente da anteriormente referida de conceber as ciências sociais e as suas tarefas intelectuais consiste em reconhecer a existência de realidades sociais epistemologicamente diferentes. Nesse caso, a questão principal passa a ser ter presente como o mundo é representado de várias maneiras, em vez de questionar como o mundo é para além da sua multiplicidade. As ciências sociais não possuem inevitavelmente o léxico certo para entender a experiência singular do Ocidente (e, é claro, do "Resto"). Em vez disso, são apenas uma das formas possíveis de interpretar a pluralidade de possíveis experiências sociais. São parciais, no sentido de serem apenas uma parte de um catálogo inacabado de possíveis interpretações das experiências sociais. Em particular, as ciências sociais atuais são inadequadas para a tarefa de entender as culturas não-ocidentais pós-colonizadas. Uma possível ciência social global deve enfatizar a importância de entender a história e a sociedade não como uma única narrativa totalizante, mas como uma rede de múltiplas histórias e discursos diversos,

irredutíveis a qualquer esquema ocidental único (YOUNG 1999; GRUZINSKI 2017).

Enquanto o discurso / representação ocidental permanecer a estrutura de referência principal, o padrão para a nossa interpretação da experiência humana e do mundo social, outras vozes e perspectivas não podem deixar de permanecer subalternas, inéditas ou silenciadas, porque são obrigadas a falar apenas através da voz do dominante (BHABHA 1994; SPIVAK 1999). O pensamento social canônico tradicional - isto é, ocidental - pode produzir interpretações do mundo ignorando a experiência da história e da vida de outros - não ocidentais -, e isso parece não afetar a qualidade de seu trabalho. O contrário não é verdade; quaisquer vozes não canônicas não podem deixar de considerar a dominante. As vozes minoritárias estão sujeitas ao que Chakrabarty (2000: 28) chama de "desigualdade na ignorância". Enquanto as ciências sociais ocidentais - como um campo de conhecimento e poder historicamente construído - permanecerem a única referência possível para avaliar a verdade e a plausibilidade de uma afirmação sobre a realidade do mundo, outras vozes não canônicas não podem deixar de ser interpretadas em termos de falta, ausência ou incompletude, que se traduz em inadequação (CHAKRABARTY 2000: 32). No entanto, nessa reprodução - inevitavelmente

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

marcada pela falta e pela incompletude - das palavras dos dominantes, é sempre possível introduzir formas de resistência, tomando as carências acima referidas como matérias-primas necessárias para a construção de um ponto de vista diferente, uma história diferente, uma forma diferente de pertencer. Nesse caso, a 'diferença' torna-se o ponto de partida para uma contra-narrativa, ou seja, uma ferramenta política para uma compreensão diferente do mundo (BELL HOOKS 1991).

Promover ciências sociais globais significa "historicizar" o seu léxico, voltar a trazer as suas reivindicações universalistas para o contexto singular da sua produção. O projeto de provincializar as ciências sociais não pode ser um projeto nacionalista, nativista ou atávico. É um projeto crítico: ao criticar a Europa, também critica qualquer tradição antiga. Como observa Chakrabarty (2000: 43), "o projeto de provincializar a 'Europa' não pode, portanto, ser um projeto de relativismo cultural. Não ter a sua origem na posição de que a razão / ciência / universais que ajudam a definir a Europa como moderna são simplesmente "específicas da cultura" e, portanto, pertencem apenas às culturas europeias. Pois o ponto não é que o racionalismo iluminista seja sempre irracional por si só. O que se pretende é documentar como - através de que processo histórico - a sua 'razão', que nem sempre foi evidente para todos, foi feita

para parecer óbvia muito além do solo de onde é originária".

Nesta perspectiva, as ciências sociais devem ser desmontadas como parciais. Elas podem ser verdadeiras, mas, no entanto, representam apenas a perspectiva incompleta e historicamente específica da experiência e da história ocidentais. Diferentes tradições históricas produziram, e produzem realmente, maneiras diferentes de olhar e interpretar o social. A solução possível é integrá-las em outras perspectivas e outras vozes. Isso pode ser feito pelo menos de duas maneiras diferentes. A primeira consiste em desafiar as ciências sociais 'de dentro' (BHAMBRA e SANTOS 2017), mostrando como as ciências sociais atuais - ocidentais e hegemónicas - são parciais e inadequadas para explicar a diversidade do mundo global. Para construir uma imaginação sociológica diferente - capaz de compreender a complexidade das sociedades atuais e de acolher outras tradições e experiências - é necessário usar os conceitos e os métodos eurocêntricos de maneira seletiva, modificando-os e adaptando-os a outros contextos (BHAMBRA 2007; GAMAGE 2018). Ao criticar os conceitos e métodos das ciências sociais, torna-se possível chamar a atenção para como as sociedades ocidentais e as ciências sociais são inevitavelmente e, desde o início, o resultado do esforço para construir as suas próprias existências, explorando e subjugando outras

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

perspetivas e outras vozes. Isso mostra que não é possível entender as ciências sociais e as sociedades ocidentais sem levar em conta o colonialismo, o racismo, o imperialismo e a exploração. Retrabalhar a perspetiva ocidental, incluindo as experiências históricas de tal desenho imperialista, pode promover "a reconstrução da sociologia que funciona para trás, para trazer à superfície outros entendimentos históricos, e depois para a frente, para pensar em como podemos configurar a sociologia de maneira diferente" (BHAMBRA 2014: 1). A questão não é remover a escória do pensamento colonial de dentro das ciências sociais, para as purificar de incrustações distorcidas, mas apreender a interconexão constitutiva recíproca entre a criação do pensamento social e a história colonial. Em todos esses casos, o objetivo de desenvolver uma ciência social global passa principalmente por uma historização das ciências sociais.

Uma segunda possibilidade consiste em transformar as ciências sociais atuais de fora e a partir de baixo (SANTOS 2002, 2017; GO 2016). Nesta perspetiva, uma ciência social verdadeiramente global só pode surgir se levar em consideração o conhecimento não-científico, popular e vernacular que foi ignorado pelas 'disciplinas institucionalizadas' e oprimido pelo poder político dominante. Para construir uma compreensão reflexiva do mundo global atual, as ciências sociais

precisam deixar-se integrar pelas 'epistemologias do Sul' (SANTOS 2014), por formas de conhecimento nascidas em lutas contra o pensamento imperialista e eurocêntrico. As epistemologias do Sul são formas de conhecimento para criar solidariedade tanto com a natureza como com a sociedade (GAMAGE 2018), enquanto a epistemologia ocidental dominante é uma forma de conhecimento que cria ordem, dependência, inferioridade e imperialismo (ALATAS 1974). Como Burawoy escreveu, devemos desenvolver uma "sociologia global". Um projeto de indigenização das ciências sociais baseado em "um apelo à aprendizagem das tradições de várias culturas, a fim de desenvolver, através de um processo de investigação e argumentação, proposições e estruturas universais que sejam adequadas para a tarefa em vários locais" (BHAMBRA 2014, p. 83). Uma sociologia global implica o esforço de deixar espaço para os excluídos, para vozes alternativas (ALATAS 2014).

A procura por ciências sociais diferenciadas para compreender a diferenciação de experiências socio-históricas não rejeita as ciências sociais ocidentais. Afirma a necessidade de incluir diferentes perspetivas e diferentes vozes no cânone, sejam elas do passado, da revisão de processos históricos ou de experiências de resistência e marginalização. Os diferentes pontos de vista que apoiam a necessidade de ciências sociais

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

diferenciadas não propõem descartar totalmente o pensamento ocidental. Eles reconhecem que o cânone atual nas ciências sociais é tanto uma causa de hegemonia e opressão como um lugar de resistência e de pensamento alternativo.

CRUZANDO OS SUBCAMPOS: A NECESSIDADE DE UM KIT DE FERRAMENTAS MAIS RICO

Uma perspectiva diferente - geralmente proveniente das ciências sociais ocidentais "internas" - exige a criação de uma nova síntese, capaz de unificar as ciências sociais, reconhecendo a pluralidade dos seus métodos e ferramentas analíticas, mas reafirmando a unidade das suas questões de investigação e dos seus campos de aplicação. Por exemplo, a proposta de Ulrich Beck (2006) para ciências sociais cosmopolitas caminha nessa direção: a necessidade de empurrar as ciências sociais para uma transformação radical para melhor se adaptar às mudanças provocadas pela globalização. Uma ciência social que não apenas inclua as experiências e perspectivas do outro sobre modernização, mas também corrija e redefina a auto-compreensão da modernidade europeia (BECK 2016: 267). Para Beck (2006), as ciências sociais são fenômenos histórico-sociais; elas têm a sua origem na experiência específica do Estado-nação e devem ser renovadas à luz da nova experiência global. O problema é

como evitar o relativismo dos conhecimentos locais, incluindo o da sociologia ocidental, e não como aprender com os conhecimentos locais de outros lugares. Para promover uma ciência social cosmopolita, é necessário ir além da abordagem disciplinar centrada no estado. Num momento histórico em que fica evidente que um número significativo de fenômenos sociais relevantes (ou seja, imigração, poluição, economia global, criminalidade e cultura, circulação de pessoas e ideias) são indiferentes às fronteiras nacionais, é necessário reconhecer que os conceitos desenvolvidos durante a primeira modernidade deixaram de ser adequados para a tarefa de entender a segunda modernidade global atual. O que é necessário é um novo conjunto de categorias e conceitos que emergiriam da reflexão sobre a experiência de viver num mundo globalizado.

De acordo com a 'complexity turn' (URRY 2005), a ciência social global deve reconhecer que o mundo globalizado é tão complexo que simplesmente não é 'conhecível' por meio de qualquer categoria sociológica existente ou de um único ponto de vista (MUNCK 2016; GO 2016).

O desenvolvimento de uma ciência social global é necessário e urgente, porque é a própria globalização que torna as sociedades contemporâneas 'globais', isto é, inextricavelmente ligadas por uma crescente rede de interconexões globais. Apesar das suas diferentes histórias e

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

diferentes 'vocabulários', elas dividem-se agora em dimensões comuns, que se tornaram estruturais. Para entender a realidade social contemporânea, é necessário entender essa rede de interconexões crescentes, desenvolvendo uma caixa de ferramentas variada, adequada e atualizada.

Isso pode ser feito não apenas enriquecendo o vocabulário das ciências sociais, incluindo as vozes anteriormente excluídas, mas também mudando de um foco nos 'fatos' para os 'processos, relações e interconexões'. Para desenvolver uma ciência social global capaz de captar a complexidade da experiência social atual, é necessário mudar de 'substancialismo' para 'relacionalismo' (GO 2013: 41). Isso significa descartar a ideia de que as unidades básicas da investigação sociológica são substâncias ou essências e, em vez disso, focar nas relações que dão aos fatos sociais a sua característica de existência localmente independente. A teoria das ciências sociais deve romper com o pressuposto de haver um ponto de vista único da modernidade (ocidental) e reconhecer a existência de múltiplos pontos de vista diferentes que afetam a maneira pela qual percebemos e entendemos as relações sociais.

As ciências sociais globais são ciências sociais pós-ocidentais e exigem um "redimensionamento" do pensamento social clássico. Elas devem ir além do estudo local (nacional) e substituir um

"nacionalismo metodológico" restritivo por um "cosmopolitismo metodológico" mais articulado e flexível (BECK e GRANDE 2010). Como Go (2016: 41) observa, "em vez de focar com estreiteza os processos nas sociedades (ocidentais, colonizadas ou não ocidentais) ou mesmo apenas entre elas (como nos estudos internacionais), elas registrarão os processos e as relações entre espaços diversos, mas conectados, na construção e refazer da modernidade". O foco principal passa a ser o estudo de processos e interconexões globais: como ler / traduzir / analisar a relação entre dimensões estruturais e experiências individuais. As dimensões estruturais revelarão a sua capacidade de condicionar a ação social além da dimensão espacial que se espalha pelas dimensões espaço-temporais definidas, mais por conexões do que por proximidade física. As dimensões das experiências pessoais mostrarão como se formam continuamente novos idiomas e novos significados, através da constante localização e domesticação das matérias-primas que circulam nas redes globais.

As reflexões que evitam, ao mesmo tempo, os Scylla do objetivismo e do universalismo e os Charybdis do relativismo radical (ontológico ou epistemológico) das relações sociais têm a vantagem de manter em aberto o debate nas ciências sociais e de empurrar a reflexão na direção de maior complexidade das ferramentas úteis para entender a

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

variabilidade das experiências sociais humanas.

Embora importantes, as posições que apoiam um conjunto de ferramentas mais complexo e variado para as ciências sociais colocam geralmente a discussão principalmente - se não apenas - no terreno da teoria e da retórica. Dessa forma, não levam em consideração a relevância das "práticas".

REPENSAR TODO O CAMPO: AS CIÊNCIAS SOCIAIS COMO CAMPO DE PRÁTICAS

Aproximando-se a conclusão deste ensaio, e sem fechar, mas abrindo ainda mais a questão, apontamos alguns elementos deste último problema, que é a relevância da prática. Entrar nesse assunto pode ser útil, a nosso ver, para contribuir ainda mais para manter aberto o debate no campo global das ciências sociais. Por outras palavras, gostaríamos de interpretar esse lado do debate não como uma alternativa a posições que reivindicam a necessidade de uma teorização social mais variada e complexa, mas como uma integração importante para o desenvolvimento de uma ciência social capaz de compreender as complexidades das experiências sociais atuais. Para esse fim, pensamos que seria útil considerar as ciências sociais como uma maneira de produzir conhecimento através da produção do discurso (FOUCAULT 1969, 1980); como discurso que pretende tornar-se hegemônico

(GRAMSCI, 1975); como um campo de comparações e distinções (BOURDIEU 1979; BOURDIEU e WACQUANT 1992). Certamente, a atenção às práticas envolve uma mudança acentuada do nosso olhar e, em certa medida, uma revisão geral da ideia de "campo" das ciências sociais, como a usamos até agora. O campo aqui já não é apenas uma ferramenta descritiva que pode servir para trazer ordem conceptual e, eventualmente, posicionar as diferentes perspectivas, com as suas características, reivindicações e relacionamentos específicos. Pelo contrário, o campo aqui é o terreno em que qualquer ciência social surge como tal, ou seja, o campo que os cientistas sociais constituem por meio das suas práticas concretas. Integrar essa clara mudança de olhar com o objetivo acima - que esperamos seja não um recuo, mas um avanço das ciências sociais no entendimento efetivo da complexidade das experiências sociais - constitui, se o quisermos realmente, aquele desafio que seria uma coisa boa de enfrentar.

O ponto de partida dessa perspectiva, baseado principalmente na atenção às práticas, foi - e na verdade é - reconhecer que as ciências sociais aspiram a produzir algumas formas de discurso (conhecimento) sobre a existência humana, baseadas em formas de explicação imanente da condição humana; imanentes porque renunciam a explicar a experiência social usando "natureza", "realidade",

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

"verdade" e outros conceitos transcendentais essenciais. As ciências sociais são concebidas como uma maneira, entre muitas, de responder perguntas gerais sobre a condição humana; uma disciplina auto-poiética que é continuamente transformada pela entrada 'nova' (como aconteceu com a inclusão de vozes de mulheres e outras diversidades culturais) num processo aberto de democratização progressiva. Um passo decisivo nessa direção é reconhecer outra coisa, que é a parcialidade das ciências sociais. Elas pretendem contar "parte da história" entre as muitas histórias que podem ser contadas sobre a experiência social humana. Uma história que não é nem melhor nem pior que as outras, mas que, no entanto, constitui uma maneira de encarar (construir) o mundo que aumenta a nossa capacidade de entender a nossa experiência social. As ciências sociais são uma narrativa parcial, socio-historicamente, uma produção especializada que tem o seu próprio cânone de 'dizer a verdade', a sua própria 'ordem do discurso' (FOUCAULT, 1971). Constituem um discurso provisório que destaca a diferença e as interconexões; um discurso que aspira a conectar a experiência individual com as dimensões estruturais, favorecendo uma 'imaginação' específica que reconhece simultaneamente a singularidade e a comunalidade da experiência humana (MILLS 1959; APPADURAI 1999; MAGUBANE 2005). Um discurso que adverte continuamente

contra qualquer reivindicação de fundamento natural e universal sobre as narrativas no mundo. Um discurso que realiza essas tarefas usando investigação empírica, argumentação lógica, refutação e pensamento críticos, com a consciência de que esses são métodos e ferramentas que não são melhores que outros, mas particulares, que não levam a dizer o 'verdadeiro', mas que contribuem para expandir nosso vocabulário.

Traduzido em práticas, é um discurso que fala não apenas para o exterior, mas que se dirige às mesmas ciências sociais, por exemplo, ao propor a questão implícita na famosa proposição de Wittgenstein, de maneira reflexiva: "Os limites da minha linguagem significam os limites da minha palavra" (WITTGENSTEIN 1921: §5.6). O nosso vocabulário corre o risco de ser constantemente limitado, delimitando assim o nosso conhecimento e a capacidade de entender mundos que não são os nossos (e, até, o que pensamos que são os 'mundos'). Conseqüentemente, a investigação pode servir principalmente para superar esses limites de forma concreta (praticamente), além de transformá-los em fronteiras dentro das quais trabalhar. Para que, das fronteiras às interconexões, o passo possa ser curto.

Outra característica desse discurso (conhecimento) pode ser que ele mantenha a sua aspiração ao universalismo; no entanto, o universalismo contemporâneo (o universalismo da globalização) deve

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

reconhecer que a referência ao 'universal' mudou: já não é a projeção da imagem do dominante (do falante), nem um conjunto irregular de unidades independentes (incomensuráveis). É um contexto inevitavelmente comum, no qual a multiplicidade de experiências e interpretações se inscreve em meios cada vez mais caracterizados por interconexões e deslocamentos. O universal deve ser entendido de maneira topológica: uma rede global de relacionamentos. O universal deve ser repensado, destacando-o de uma metáfora espacial (isto é, a metáfora pela qual um único espaço social / cultural / económico é examinado, de tempos a tempos, como se fosse um espaço fechado, com limites claros, e que pode ser explicado permanecendo dentro desses limites). Universal, num contexto globalizado, significa "em relação a, potencialmente muitos outros pontos". Não se refere à 'uniformidade', 'mesmice' ou 'equivalência', mas a relações, conexões, potencialidades. Mantém todas as suas especificidades (é contextual, porque os produtos do conhecimento são, de certa forma, bastante situados, e situadas são sempre as ações da investigação), mas o seu carácter peculiar depende da rede de interconexões em que é colocado.

Na sua dimensão "prática", as ciências sociais também devem ser vistas como um campo de poder, luta e competição (BOURDIEU 1984). Um campo em que "prático" é ou se torna naturalmente

"político". Na verdade, as ciências sociais constituem um espaço de debate - caracterizado por regras, capitais, poderes e hierarquias peculiares - em que a aposta é tornar a nossa própria voz autoridade e garantir a 'distinção' na esfera do reconhecimento académico. O resultado que será alcançado assim, se observarmos o campo sob esta luz, além do exercício de uma crítica mais lúcida, é que a maneira comum e dominante de pensar sobre o estatuto da verdade nas ciências sociais se deteriora gradualmente. Portanto, nesta perspectiva, a questão no centro do debate sobre o paroquialismo / universalismo das ciências sociais não se refere principalmente a um debate sobre a 'verdade' ou a validade de afirmações. Não se pode referir primariamente a esse tipo de verdade porque, ao recuperar Foucault, a verdade e a validade das afirmações são decididas, *a priori*, pelo poder disciplinar das ciências constituídas como disciplinas: antes de considerar se uma afirmação diz a verdade, é necessário verificar se está (ou se provém) *do* verdadeiro. Em vez disso, a pergunta acima diz respeito à ordem interna do discurso das ciências sociais (FOUCAULT, 1971): o conjunto de procedimentos pelos quais o discurso produz formas de controle sobre e entre nós, princípio de exclusão, *partilha*, etc. Portanto, o que está em jogo nas ciências sociais, enquanto discurso, é *como*, e não *o quê*; não o que se diz, mas como se diz algo de alguma coisa.

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

Outra característica dessa perspectiva é que ela reconhece que as ciências sociais são um campo específico de conhecimento / poder, onde diferentes sujeitos lutam - usando regras partilhadas (embora uma parte importante da luta possa estar a mudar as regras atuais) - pela hegemonia na interpretação da realidade social. Se prestarmos atenção às práticas, torna-se evidente que o que está em jogo nessa luta são prestígio, dinheiro e a possibilidade de influenciar o poder político, por meio da coleta, uso e reprodução do capital cultural. As ciências sociais também implicam um trabalho de fronteira (GIERYN 1983), uma tentativa de controlar quem faz parte da disciplina e quem não faz (através do controle de universidades, periódicos, financiamento da investigação). Então, para promover uma ciência social global, parece importante salientar o modo como os debates sociais são realmente produzidos na disciplina (revistas, conferências, livros), contrastando o fechamento da disciplina nos subgrupos que presidem às fronteiras dos respectivos territórios e promovendo uma presença efetiva das ciências sociais na esfera pública (colocando questões provocadoras, em vez de prometer soluções fáceis). Além do poder conhecido dos grupos de revistas (ocidentais, europeias), nos quais os acadêmicos do sul também são chamados a publicar (se quiserem fazer carreira nas instituições que importam), há um duplo

problema que deveria chamar a atenção: forçados a publicar - por causa das avaliações e classificações acadêmicas - os estudiosos escrevem muito, mas quem os lê? E da maneira como escrevemos, formatados e homologados por uma lógica (sim, quase global) que percorre as revistas internacionais, ainda é bom dizer algo a alguém, talvez algo novo sobre o mundo em que vivemos?

Reconhecendo que a verdade das ciências sociais é construída enquanto participamos num mundo comum (Bakhtin, 1981) numa luta pela hegemonia (GRAMSCI, 1975) significa colocar sob escrutínio, que ordem do discurso (o seu regime de verdade) é produzida dentro das ciências sociais (FOUCAULT, 1980)? Que tipo de capital é produzido e usado (BOURDIEU, 1984), e o que está em jogo nesse tipo específico de prática social? Conduzir essa atividade significa usar a noção foucaultiana do “regime da verdade”, para ir além da produção de uma partição entre verdadeiro e falso, de modo a indicar outra produção, a referente à (re)produção de uma lacuna entre “Vidas que contam” e “vidas que não contam” (*vidas científicas incluídas*). E talvez isso signifique o retorno de uma "velha" ordem de problemas (também na nossa vida acadêmica).

Entre os elementos dessa velha e nova ordem de problemas, podemos considerar primeiro um que está relacionado com o olhar para a carreira acadêmica como um

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

campo de luta. Aqui, o problema parece permanecer a inevitabilidade de um discurso centrado na teoria e no método, mas principalmente - se não exclusivamente - nos seus aspectos formais (tanto no ensino quanto na investigação). No início dos vinte anos de discurso da globalização, como crítica, esse problema foi ironicamente mencionado da seguinte maneira: “Afinal, se nosso trabalho não faz nada para melhorar a condição humana, então também podemos permanecer presos em discursos que focam aspectos formais da teoria e nos mantêm desconectados dos processos do mundo real, pois não há consequências para o nosso trabalho para além das carreiras académicas” (MARTINEZ 1998: 608-609). Nessa visão, o que parece estar em jogo na carreira académica (como campo de luta) relaciona-se com a fraqueza ou subalternidade permanente das práticas discursivas (outrora frequentemente invocada pelos chamados “países em desenvolvimento”, atualmente global) que são explicitamente orientadas para melhorar a condição humana (uma subalternidade geralmente composta pela retórica académica dominante sobre o carácter “não científico”, “muito prático” desse tipo de investigação). Noutros termos, está em jogo a centralidade das preocupações morais e políticas e, em alguns casos, a legitimação da pesquisa aplicada e orientada por e para políticas.

Entre as outras questões no campo das carreiras académicas (incluindo o processo de entrada de novos investigadores), há também a de que elas são feitas num campo governado, disciplinado, espremido por e entre “regimes da verdade” (biologia, neurociências) e por “procedimentos de medição” (em especial a classificação académica) que nunca param de reproduzir o crescimento do novo poder dos dispositivos económico-administrativos (ESPELAND e SAUDER 2007). Pelo que, em vez de dialogar sobre como interpretar a complexidade das experiências sociais, as universidades de todo o mundo parecem lidar com um tipo de grande empresa que - segundo *The Economist* (maio de 2018) - é chamada corrida ao ranking global. Envolvidas neste concurso, as universidades e as instituições de ensino parecem destinadas a decepcionar uma série de desejos sobre as 'ciências sociais globalizadas', por exemplo, a esperança de Appadurai sobre 'A ideia de investigação': isto é, a globalização como abertura e como uma expansão da possibilidade de novas formas de imaginação - para partilhar novas ideias de investigação (o que é, *como* poderia ser feita). Novamente, o problema aqui é o crescente poder (transcendendo o Ocidente / Resto) de produzir carreiras académicas disciplinadas e motivadas pela lógica burocrática da investigação. Além disso, em todo o mundo, as classificações favorecem a investigação e sua lógica

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

administrativa às custas do ensino, exatamente o oposto do proposto por Wright Mills com o conceito de “imaginação sociológica”: não seja - não pense como - um burocrata! Além do ensino de métodos de investigação, o poder dos aspetos formais afeta diretamente a teoria, a capacidade de aprender a construir a teoria. A teoria torna-se meramente um conjunto de justificações usadas para legitimar um projeto que corre o risco de não produzir nenhum outro conhecimento além do que já estava contido nas justificações. É o chamado “congelador do conhecimento”, alimentado por justificações que não permitem pensar numa investigação que possa realmente produzir uma “descoberta” (não a descoberta de uma realidade “mais verdadeira”; “descobertas” aqui significa as atividades de investigação que geram novas perspectivas, novas formas de imaginação, etc.). Um problema cuja solução, de acordo com Swedberg (2012), poderia estar em ensinar jovens estudiosos sobre como passar do congelamento para o movimento, de um “contexto de justificação” para um “contexto de descoberta”: em suma, como aprender a teorizar como uma atividade prática.

Vamos voltar à ideia de promover uma ciência social global. A perspectiva que se concentra nas práticas levanta problemas novos ou antigos para reforçar e compartilhar um conjunto de atividades concretas de reconhecimento. Além das

apontadas no início deste ponto, existe a atividade de 'promover uma ciência social global', significando isso reconhecer a importância de um espaço especializado para a produção de discursos sobre o social. Uma ciência social global não é necessariamente uma teoria social universalista. Como observa Beck (2016: 258), “uma teoria social universalista, seja estruturalista, interacionista, marxista, crítica ou teoria de sistemas, é agora desatualizada e provinciana. Desatualizada porque exclui a priori o que pode ser observado empiricamente; provincial porque erroneamente absolutizou a trajetória, a experiência histórica e a expectativa futura da modernização ocidental e, portanto, também deixa de ver a sua própria particularidade”. No entanto, uma ciência social global não pode ser reduzida a um entendimento totalmente contingente e transitório da experiência social. O seu estatuto de 'verdade parcial' vem de um diálogo contínuo entre aqueles que têm direito a ter voz dentro do seu campo. O que está em jogo nesse diálogo é a possibilidade de afirmar alguma forma (de verdade) sobre o mundo social e a 'distinção' (prestígio e poder) dentro do campo. O desenvolvimento de uma ciência social global deve levar em conta os dois processos: o 'conteúdo' (a base teórica e metodológica) do conhecimento produzido e a maneira como ele é produzido (controle do campo, tipo e distribuição dos capitais

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

relevantes no campo, controle de fronteiras).

O que as ciências sociais têm em comum e as torna potencialmente globais são as questões. É o compartilhar de perguntas que estimulam a discussão. A participação num diálogo comum é o que dá existência às ciências sociais. Quanto mais esse diálogo se torna global, abrange outras vozes, outras histórias e outras perspectivas, mais o vocabulário que permite a discussão e o entendimento mútuo é ampliado. Mas uma questão relevante permanece: refletir sobre as maneiras pelas quais somos autorizados ou excluídos do diálogo, que linguagens podem ser usadas, o espaço em que é permitido intervir e as desigualdades simbólicas e materiais que tornam algumas vozes mais autoritárias que outras. Uma reflexão sobre o conteúdo e os processos das ciências sociais pode contribuir para a sua globalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perspetivas que adotam uma posição radical para uma forte defesa (restauração) da unidade e universalidade das ciências sociais ou para a sua desconstrução radical, em nome do seu caráter ideológico ou por causa da diversidade ontológica das sociedades, parecem impulsionar a discussão para territórios problemáticos. Afirmar a possibilidade de uma maneira única e universal de estudar e entender o risco da sociedade soa como uma

reivindicação neo-positivista, desfasada da atual teorização em ciências sociais que enfatiza a relevância do contexto e da contingência, e cria uma relação mais complexa entre a realidade, a representação e o conhecimento. Posições que adotam o relativismo radical - ontológico ou epistemológico - correm o risco de dissolver as ciências sociais num jogo efêmero de processos locais e sempre precários, e apresentar o conhecimento produzido nesses processos como não comparável entre uma situação e outra, por causa da incomensurabilidade radical das experiências sociais.

Perspetivas que rejeitam a suposta universalidade das ciências sociais (ocidentais), promovendo o seu pluralismo interno sem se colocarem numa posição contraditória como a do relativismo radical, parecem mais capazes de estimular um debate sobre como as ciências sociais podem contribuir para a compreensão das atuais sociedades globalizadas. Como discutido acima, elas fazem isso de diferentes maneiras interessantes. A primeira maneira é *historicizar* as ciências sociais, destacando os contextos sociais do seu desenvolvimento e as suas inevitáveis parcialidades, favorecendo uma revisão interna. Uma segunda maneira consiste num desenvolvimento de baixo, que introduz a *alteridade* no cânon das ciências sociais, introduzindo as vozes das experiências indígenas, daqueles que foram silenciados e excluídos. Uma

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

terceira maneira sugere expandir a caixa de ferramentas das ciências sociais, favorecendo a *complexidade* em relação às tentativas de síntese ou de um nacionalismo metodológico restrito. Apesar das suas potencialidades, muitas vezes estas maneiras permanecem limitadas ao nível de discursos, teorias e textos, e não levam em consideração as desigualdades materiais e os fatores institucionais e de poder (KEIM 2011).

Pensamos que seria importante integrar essas posições, reconhecendo o pluralismo teórico e metodológico intrínseco que caracteriza as ciências sociais, olhando as ciências sociais realmente como um 'campo' e os cientistas sociais como uma 'comunidade de práticas'. Nesse caso, as ciências sociais são identificáveis com uma série de perguntas sobre a sociedade e as relações sociais, a serem respondidas usando critérios "lógicos", imanentes à organização social da vida. Certamente, esses critérios são lógicos apenas porque são expressos e baseados em argumentação, inteligibilidade mútua, responsabilidade. E no que diz respeito à imanência, trata-se de conceber a realidade social - o tópico central das ciências sociais - nada além do que realmente é: uma forma de vida relacionada com outras formas de vida; e de conceber as *formas de vida* como a realidade que todos praticamos, isto é, a realidade produzida pelas nossas práticas. E, finalmente, a questão de reconhecer que as nossas

práticas - de todos os tipos, inclusive científicas - também são práticas discursivas. Isso não significa - como ficou ilustrado acima - uma redução das questões em jogo a meros fatos linguísticos. Significa considerar que os discursos são práticas, já que são usados por alguém. Quem usa os discursos que produzimos, mais ou menos indiretamente? Como e para que é que os usam? Que tipo de 'descobertas' esse tipo de discurso acarreta, para lá da poderosa obsessão pela justificação formal? Estas são algumas das questões que as ciências sociais podem tentar responder globalmente para se manterem e, mais do que nunca, vivas.

REFERÊNCIAS

- ALATAS, S.F. (2003) 'Academic dependency and the global division of labour in the social sciences', *Current Sociology*, 51 (6): 599–613. DOI: 10.1177/00113921030516003
- ALATAS, S.F. (2014) *Applying Ibn Khaldūn. The recovery of a lost tradition in sociology*, London: Routledge.
- ALATAS, S.F. and Sinha V. (2017) *Sociological Theory beyond the Canon*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- ALATAS, S.H. (1974) 'The Captive Mind and Creative Development', *International Social Science Journal*, XXVI (4).

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

- AL-E-AHMAD, J. (1984) *Occidentosis: A Plague From the West*, Berkeley: Mizan Press.
- ALI, M.M., and JUNAID, M. (2018) 'The Revival and Development of Islamic Science', *Islamic Perspective*, 19.
- APPADURAI, A. (1996) *Modernity at Large*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- APPADURAI, Arjun. "Globalization and the research imagination". *International Social Science Journal*, 160, 1999.
- ARCHER, M.S. (1991) 'Presidential address: Sociology for one world – unity and diversity', *International Sociology* 6 (2). DOI: 10.1177/026858091006002001
- BAKHTIN, M.M. (1981) *The Dialogic Imagination*, Austin: University of Texas Press.
- BECK, U. (2006) *Cosmopolitan Vision*, Cambridge: Polity Press.
- BECK, U. (2016) 'Varieties of Second Modernity and the Cosmopolitan Vision', *Theory Culture & Society*, 33 (7-8). DOI: 10.1177/0263276416671585
- BECK, U. and GRANDE, E. (2010) 'Varieties of Second Modernity: the Cosmopolitan Turn in Social and Political Theory', *The British Journal of Sociology*, 61 (3).. DOI: 10.1111/j.1468-4446.2010.01320.x
- BELL HOOKS (1991) *Yearning: Race, Gender and Cultural Politics*, London: Turnaround.
- BHABHA, H.K. (1994) *The Location of Culture*, London: Routledge.
- BHAMBRA, G.K. (2007) *Rethinking Modernity: Postcolonialism and the Sociological Imagination*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- BHAMBRA, G.K. (2014) *Connected Sociologies*, London: Bloomsbury Academic.
- BHAMBRA, G.K. and SANTOS, B.S. (2017) 'Introduction: Global challenges for Sociology', *Sociology*, 51 (1). DOI: 10.1177/0038038516674665
- BOURDIEU, P. (1979) *La Distinction: Critique sociale du jugement de goût*, Paris: Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1984) *Homo Academicus*, Paris: Les Édition de Minuit.
- BOURDIEU, P. and Wacquant L. (1992) *An invitation to reflexive sociology*, Chicago: University of Chicago Press.
- CHAKRABARTY, D. (2000) *Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference*, Princeton: Princeton University Press.
- CONNELL, R. (2007a) 'The Northern Theory of Globalization', *Sociological Theory*, 25 (4). DOI: 10.1111/j.1467-9558.2007.00314.x

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

- CONNELL, R. (2007b) *Southern theory. The global dynamics of knowledge in social science*, Cambridge: Polity Press.
- DELANDA, M. (2006) *A New Philosophy of Society: Assemblage Theory and Social Complexity*, London: Continuum.
- EISENSTADT, S.N: (2000) 'Multiple Modernities', *Daedalus*, 129 (1). Disponível em : <http://www.jstor.org/stable/2002761> 3. Acesso em 03.03.2020.
- ELLIOTT, A., Lemert C. (2014) *Introduction to Contemporary Social Theory*, London: Routledge.
- ESPELAND NELSON, W. and SAUDER, M. (2007), *Rankings and Reactivity: How Public Measures Recreate Social Worlds*. *American Journal of Sociology*, 113(1), July.
- FEATHERSTONE, M., LASH S. and ROBERTSON, R. (eds.) (1995) *Global Modernities*, London: Sage.
- FOUCAULT, M. (1969) *L'Archéologie du savoir*, Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1971) *L'ordre du discours*, Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1980). *Power/Knowledge: Selected Interviews*, New York: Pantheon.
- GAMAGE, S. (2018) 'Indigenous and postcolonial sociology in South Asia: challenges and possibilities', *Sri Lanka Journal of Social Sciences*, 41 (2). DOI: 10.4038/sljss.v41i2.7696
- GAMBLE, A., MARSH, D. and TANT, T. (1999) *Marxism and Social Science*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- GIERYN, T.F. (1983) 'Boundary-Work and the Demarcation of Science from Non-Science: Strains and Interests in Professional Ideologies of Scientists', *American Sociological Review*, 48 (&). DOI: 10.2307/2095325
- GO, J. (2013) 'For a postcolonial sociology', *Theory and Society*, 42. DOI 10.1007/s11186-012-9184-6
- GO, J. (2016) 'Globalizing Sociology, Turning South', *Sociologica*, 2. DOI: 10.2383/85179
- GRAMSCI, A. (1975) *Quaderni dal carcere*. Torino: Einaudi.
- GRUZINSKI, S. (2017) *La machine à remonter le temps. Quand l'Europe s'est mise à écrire l'histoire du monde*, Paris : Fayard.
- GUNARATNE, S.A. (2010) 'De-Westernizing communication/social science research: opportunities and limitations', *Media, Culture & Society*, 32 (3). DOI: 10.1177/0163443709361159
- GUTIÉRREZ RODRÍGUEZ, E., BOATCÂ, M. and COSTA, S. (Eds.) (2010) *Decolonizing European sociology: Transdisciplinary approaches*, Burlington/Surrey: Ashgate.

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

- HARVEY, D. (2017) *Marx, Capital and the Madness of Economic Reason*, London: Profile Publishers.
- HIRSCHLEIFER, J. (1985) 'The Expanding Domain of Economics', *American Economic Review*, 75 (6). www.jstor.org/stable/1914329.
- JAMESON, F. (1983) *The Political Unconscious*, London: Routledge.
- KEIM, W. (2011) 'Counterhegemonic currents and internationalization of sociology. Theoretical reflections and an empirical example', *International Sociology*, 26 (1). DOI: 10.1177/0268580909351324
- KUHN, M (2013) "Hegemonic Science": Critique Strands, Counterstrategies, and Their Paradigmatic Premises, in Kuhn M. and Yazawa S. (eds), *Theories about and Strategies against Hegemonic Social Sciences*, Tokyo: Center for Glocal Studies Seijo University.
- LATOUR, B. (2005) *Reassembling the Social*, Oxford: Clarendon Press.
- LATOUR, B. (2016) 'How Better to Register the Agency of Things', *The Tanner Lectures on Human Values*, The University of Utah Press, Salt Lake City, 34.
- MAGUBANE, Z. (2005) 'Overlapping Territories and Intertwined Histories: Historical Sociology's Global Imagination', in Adams J., Clemens E.S. and Orloff A.S. (eds.), *Remaking Modernity: Politics, History, Sociology*, Duke: Duke University Press.
- MARTINEZ, Rubèn. "Globalization and the Social Sciences". *The Social Science Journal*, 35 (4).
- MIGNOLO, W.D. (2009) 'Epistemic Disobedience, Independent Thought and Decolonial Freedom', *Theory, Culture & Society*, 26 (7–8). DOI: 10.1177/0263276409349275.
- MIGNOLO, W.D. (2014) 'Spirit out of bounds returns to the East: The closing of the social sciences and the opening of independent thought', *Current Sociology Monograph*, 62 (4): DOI: 10.1177/0011392114524513.
- MILLS, C.W. (1959) *The Sociological Imagination*, New York: Oxford University Press.
- MUNCK, R. (2016) 'Global Sociology: Towards an Alternative Southern Paradigm', *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 29. DOI: 10.1007/s10767-016-9223-9
- OMOBOWALE, A.O and Akanle O. (2017) 'Asuwada Epistemology and Globalised Sociology: Challenges of the South', *Sociology*, 51 (1). DOI: 10.1177/0038038516656994
- SAID, M.M.T. (2018) 'Islamic Education on Science, Peace, and Development in Thought of Said Nursi', *Jurnal Study Al-Qur'an*, 14 (2). DOI: 10.21009/JSQ.014.2.01

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

- SANTOS, B.S. (2002) 'Toward a Multicultural Conception of Human Rights', in Hernández-Truyol B.E. (ed.) *Moral Imperialism. A Critical Anthology*, New York: New York University Press.
- SANTOS, B.S. (2014) *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*, Milton Park: Routledge.
- SANTOS, B.S. (2017) 'Epilogue. A New Vision of Europe: Learning from the South', in Bhambra G.K. and Narayan J. (eds) *European Cosmopolitanism. Colonial Histories and Postcolonial Societies*, London: Routledge.
- SAVAGE, M. (2009) 'Contemporary Sociology and the Challenge of Descriptive Assemblage', *European Journal of Social Theory*, 12 (1). DOI: 10.1177/1368431008099650
- SPIVAK, G.C. (1999) *A Critique of Postcolonial Reason*, Cambridge MA: Harvard University Press.
- SZTOMPKA, P. (2011) 'Another sociological utopia', *Contemporary Sociology* 40 (4). DOI: 10.1177/0094306111412512
- SWEDBERG, R. "Theorizing in sociology and social science: turning to the context of discovery". *Theory and Society*, 41 (1), January 2012.
- TOMLINSON, J. (1999) *Globalization and Culture*, Cambridge: Polity Press.
- URRY, J. (2003) *Global Complexity*, Cambridge: Polity Press.
- URRY, J. (2005) 'The Complexity Turn', *Theory, Culture & Society*, 22 (5). DOI: 10.1177/0263276405057188
- YOUNG, R.J.C. (1990) *White Mythologies. Writing History and the West*, London: Routledge.
- WITTGENSTEIN, L. (1961), "Tractatus Logico-Philosophicus" (trans. D.F. Pears and B.F. McGuinness). London: Routledge and Kegan Paul.
- WOOLGAR, S. and LEZAUN, J. (2013) 'The wrong bin bag: A turn to ontology in science and technology studies?', *Social Studies of Sciences*, 43 (3). DOI: 10.1177/0306312713488820.
- ZAIDI, A.H. (2007) 'A Critical Misunderstanding. Islam and Dialogue in the Human Sciences', *International Sociology*, 22 (4). DOI: 10.1177/0268580907078007.